

Nanosatélite SPORT
No dia 26 de novembro de 2022, o Brasil lançou o nanossatélite SPORT (Scintillation Prediction Observations Research Task). O lançamento ocorreu a partir do Kennedy Space Center, na Flórida, a bordo de um foguete da SpaceX.

Demonstrações Contábeis

Relatório de Gestão 2024



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

Estrutura, composição e competências da Divisão de Contabilidade da Agência Espacial Brasileira - AEB

Composição

- Divisão de Contabilidade-1 servidor (Cargo Comissionado-Chefe de Divisão)
- Serviço de Contabilidade Analítica - 1 servidor (Cargo Comissionado – Chefe de Serviço)

Competências

- I – Acompanhar e analisar a consistência dos balanços, balancetes, auditores contábeis e demais demonstrações contábeis no SIAFI;
- II - Efetuar a conformidade de registro de gestão no SIAFI;
- III - realizar a conformidade contábil referente aos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- IV - Garantir a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI;
- V - Efetuar registros contábeis de regularizações demandados pelos setores de execução financeira e orçamentária; e
- VI - Prestar assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais, bem como os relatórios que deverão compor o RG, conforme as orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.
- I - Monitorar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; II - monitorar e orientar os lançamentos de aquisição e mobilização de bens de modo a assegurar o efetivo controle patrimonial no âmbito da

administração direta; e

- III - Fornecer e gerenciar a utilização de senhas de usuários e cadastradores do SIAFI, Rede do Serviço Federal de Processamento de Dados - Rede Serpro e Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse- SICONV.

As Demonstrações Contábeis da Agência Espacial Brasileira foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC-TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

- Orçamento público: a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento - MTO, elaborado e é inserida no SIAFI para controlar o registro e a execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- Ente público: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações

realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

- **Restos a Pagar:** as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.
- **Recursos orçamentários e recursos financeiros:** na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária⁵ como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Detalhamento dos critérios contábeis adotados

Os principais critérios contábeis adotados no âmbito da AEB têm por base as normas contábeis e a classificação estabelecida pelo PCASP.

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da Agência Espacial Brasileira, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, na AEB, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação de bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;

- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial – **II. Orçamentário** – **III. Financeiro**

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e

dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Gestão de Custos

Objeto de Custo - Em consonância com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que trata da organização do Sistema de Contabilidade Federal do Poder Executivo, a qual aponta como uma de suas finalidades evidenciar os custos das unidades da Administração Pública Federal, o objeto de custos adotado no portal referido são as unidades administrativas, apresentadas no SIORG. Importante destacar que a qualidade da informação produzida pelo portal depende principalmente do correto vínculo do servidor no SIAPE, em sua unidade administrativa de exercício, conforme estrutura organizacional do SIORG. O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Portaria nº 157, de 09 de março de 2011

Classificação dos Custos: Grupos e Áreas de Atuação

Custos Controláveis são os itens de custo que podem ser controlados pelo gestor, levando em consideração a sua influência sobre o consumo dos recursos. Integram esse grupo os seguintes itens: Pessoal ativo, Encargos patronais, Tecnologia da informação, Água e esgoto, Energia elétrica, Telefonia, Copa e

cozinha, Limpeza, Vigilância, demais serviços prediais, Apoio administrativo, Serviços técnicos especializados, Serviços de saúde, demais serviços de terceiros, Diárias, Passagens, Material de consumo, Transferências não obrigatórias, Serviços da dívida pública, Despesas de exercícios anteriores – controláveis, demais custos controláveis.

Controlabilidade dos Custos-Agência Espacial Brasileira - AEB			
Itens de Custo	Custo do ano de 2024	Custo do Ano de 2023	Variação 2024-2023
Custos Controláveis			
Apoio Administrativo	8.017.181,50	6.648.244,75	20,59% ↑
Demais Serviços de Terceiros	3.198.799,63	1.362.400,60	134,79% ↓
Demais Serviços Prediais	2.764.195,39	1.469.046,02	88,16% ↑
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	49.982,67	0,00% ↑
Diárias	769.737,24	720.801,62	6,79% ↓
Encargos Patronais	2.068.153,13	1.932.808,91	7,00% ↑
Energia Elétrica (*)	5.342,93	1.786,51	0,00% ↑
Limpeza (*)	13.090,00	16.800,00	0,00% ↑
Material de Consumo	116.807,33	172.680,98	-32,36% ↓
Passagens	1.354.547,74	1.381.505,75	-1,95% ↓
Pessoal Ativo	10.186.003,59	10.545.009,37	-3,40% ↓
Serviços de Saúde	0,00	87.655,44	-100,00% ↓
Serviços Técnicos Especializados	743.488,70	2.278.889,07	-67,37% ↑
Tecnologia da Informação	3.091.445,94	1.680.207,97	83,99% ↑
Telefonia	54.476,04	52.412,46	3,94% ↑
Transferências não Obrigatórias	14.522,59	2.493.018,97	-99,42% ↓
Vigilância	385.273,68	398.853,68	-3,40% ↑
Total dos Custos Controláveis	32.783.065,43	31.292.104,77	4,76% ↓

Os dados da Planilha referem-se a execução da UG 203001-Agência Espacial Brasileira

Fonte: Sistema de Custos do Governo Federal-SIC

(*) Rateio do Condomínio (ANA)

Poderá haver ajustes nos números informados para o período 2024

Custos não Controláveis são os itens de custo consumidos independentemente da influência do gestor. Compostos pelos seguintes itens: Pessoal inativo/pensionistas, Depreciação/Amortização/Exaustão, Transferências obrigatórias, Benefícios previdenciários, Despesas de exercícios anteriores – não controláveis, demais custos não controláveis

Controlabilidade dos Custos-Agência Espacial Brasileira-AEB				
Itens de Custo	Custo do ano de 2024	Custo do Ano de 2023	Variação 2024-2023	
Custos Não Controláveis				
Demais Custos Não Controláveis	0,00	79.250,41	-100,00%	↑
Depreciação/Amortização/Exaustão	1.010.903,85	1.826.062,77	-44,64%	↓
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	2.880,00	0,00%	↑
Pessoal Inativo/Pensionistas	630.091,68	614.091,12	2,61%	↑
Total dos Custos Não Controláveis	1.640.995,53	2.522.284,30	-34,94%	↓

Os dados da Planilha referem-se a execução da UG 203001-Agência Espacial Brasileira

Fonte: Sistema de Custos do Governo Federal-SIC

Poderá haver ajustes nos números informados para o período 2024

Balanco Patrimonial		
Comparativo 4º Trimestre 2023/2024		
ATIVO	31/12/2023	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE	255.240.713,97	268.083.467,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.548.642,50	1.204.604,74
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	253.495.055,57	266.672.609,32
Demais Créditos e Valores	0,00	266.672.609,32
Estoques	197.015,90	206.253,81
ATIVO NAO CIRCULANTE	62.296.788,32	73.314.507,77
Ativo Realizável a Longo Prazo	35.424,47	35.424,47
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo (Demais Ações - Teles)	35.424,47	35.424,47
Imobilizado	11.711.433,38	12.324.751,69
Bens Móveis (*)	7.500.991,93	12.324.751,69
Bens Móveis	17.190.368,99	23.257.268,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-9.689.377,06	-10.932.517,20
Bens Imóveis (*)	4.210.441,45	0,00
Bens Imóveis	4.210.441,45	0,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Imóveis	0,00	0,00
Intangível	50.549.930,47	60.954.331,61
Software (**)	10.377.650,59	13.487.400,99
Software	11.230.084,88	14.339.835,28
(-) Amortização Acumulada de Software	-852.434,29	-852.434,29
Marcas, Direitos e Patentes Industriais (**)	40.172.279,88	47.466.930,62
Concessão de Direito de Uso de Comunicação (Brasil Telecom)	30.270,83	30.270,83
Adiantamento para Transferência de Tecnologia (Thales Alenia Space France)	22.832.986,70	22.832.986,70
Processos e Inovações Tecnológicas (ETEC - Encomendas Tecnológicas)	17.273.022,35	24.567.673,09
Outros Direitos - Bens Intangíveis (software para Mailing de Imprensa)	36.000,00	36.000,00
TOTAL DO ATIVO	317.537.502,29	341.397.975,64
PASSIVO	31/12/2023	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	1.340.352,84	2.194.737,30
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	997.258,97	1.125.392,67
Demais Obrigações a Curto Prazo	340.146,18	1.046.162,21
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	2.947,69	23.182,42
TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	1.340.352,84	2.194.737,30
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	875.919,79	875.919,79
Resultados Acumulados	315.321.229,66	338.327.318,55
Resultado do Exercício	-221.620.595,86	27.294.118,82
Resultados de Exercícios Anteriores	536.941.825,52	315.321.229,66
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-4.288.029,93
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	316.197.149,45	339.203.238,34
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.413.422,08	341.397.975,64

Fonte SIAFI 2024, em 31/12/2024

Ativo Circulante

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Valores a COMPROVAR, provenientes de transferências financeiras repassadas aos parceiros, DCTA, INPE, UNB, UFMA, UFSC, IFI, UFMG, para a execução dos créditos descentralizados através Termos de Execução Descentralizada-TED. A movimentação da conta a Crédito ocorre pelo registro dos recursos transferidos por meio de PF's (Transferências Financeiras), e a débito pela comprovação dos recursos recebidos ou pela devolução dos recursos financeiros não utilizados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Até a data do encerramento do 4º trimestre de 2024, os saldos em caixa e equivalentes de caixa, (recursos liberados pelo Tesouro), somavam em 31/12/2024 R\$ 1.204.604,74.

b)Créditos a curto prazo

Até a data de encerramento do 3º trimestre de 2024, os saldos de Demais Créditos e Valores somavam R\$ 266.672.609,32, valor predominante "Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada"

- Acréscimo (debitado) pelo registro dos recursos financeiros transferidos por meio de TED;
- Acréscimo (debitado) pelo estorno com a negativação parcial ou total do valor lançado;
- Redução (creditado) pela comprovação dos recursos transferidos por meio de TED;
- Redução (creditado) pela devolução dos recursos financeiros não utilizados;

c) Bens móveis

Quarto Trimestre do exercício de 2024, o saldo do Ativo Imobilizado foi confrontado com os saldos registrados nos sistemas SIAFI/SIADS com a relação correspondente do documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB e a sua respectiva Depreciação.

d) Ativo intangível

O Trimestre findo em 31/12/2024, o intangível seguiu sua trajetória de crescimento, impulsionado pelas novas aquisições de licenças de uso de softwares e novas soluções.

e) Atos potenciais

Os saldos de contratos celebrados foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilizou, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Até 31/12/2024, as obrigações contratuais e as Obrigações (contratos administrativos) conveniadas (convênios) e Outros Instrumentos Congêneres (TED’s) escrituradas em contas de compensação somaram R\$ 159.035.307,85 e R\$ 29.100.551,87, respectivamente.

Demonstrativo das Contas de Compensação					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Especificação/Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos	188.135.859,72	125.394.357,86
Atos Potenciais Ativos	2.678.528,12	3.878.116,83	Atos Potenciais Passivos	188.135.859,72	125.394.357,86
Garantia e Contragarantias Recebidas (*)	2.151.158,79	3.350.747,50	Garantia e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	500.000,00	500.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	159.035.307,85	95.573.246,93
Direitos Contratuais	27.369,33	27.369,33	Obrigações Contratuais (**)	29.100.551,87	29.821.110,93
Outros Atos Potenciais ativos	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00
TOTAL	2.678.528,12	3.878.116,83	TOTAL	188.135.859,72	125.394.357,86

SIAFI 2024, EM 31/12/2024
(*) Em revisão para ajustes de valores
(**) Em revisão para ajustes de valores

Contas do grupo de **Estoques** de materiais e produtos ainda apresentam na unidade gestora saldos consideráveis remanescentes. A Agência Espacial Brasileira – AEB aderiu ao serviço de logística “Almoxarifado Virtual”, que consiste na disponibilização de sistema informatizado, para fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática, com entregas em todo território nacional.

Em geral, são itens de papelaria. A tendência é que em curto espaço de tempo o estoque físico deixe de existir, minimizando os cursos de manutenção na conservação dos produtos estocados.

Ativo Não Circulante

Bens Imóveis

A Agência Espacial Brasileira – AEB não possui imóveis registrados no seu imobilizado, existem tratativas junto a Secretaria de Patrimônio da União – SPU para regularização dos imóveis atualmente ocupados. Até 31/12/2023 havia registro na conta de INSTALAÇÕES o valor de R\$ 4.210.441,45, oriundo de recursos aplicados em melhorias nos imóveis atualmente ocupados pela AEB, através do Ofício SEI nº 133821/2023/MGI, foi recomendado a incorporação ou baixa do referido valor, a AEB optou por proceder a baixa para regularização da conta, uma vez que, não havia a possibilidade de incorporação, por não haver imóveis registrados em contas específicas de imóveis.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a

ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	31/12/2024	31/12/2023
Software com Vida Útil Definida	13.224.812,22	10.119.961,82
Software com Vida Útil Indefinida	1.115.023,06	1.048.663,56
Marcas Direitos e Patentes Industriais	47.466.930,62	40.172.279,88
Amortização Acumulada	-852.434,29	-852.434,29
Total	60.954.331,61	50.488.470,97

Fonte SIAFI, 31/12/2024

A Agência Espacial Brasileira tem feito investimento considerável na área de Tecnologia da Informação com ênfase na segurança da informação, até 31/12/2024 em comparação com 31/12/2023 houve um implemento da ordem de 20,73% no grupo Intangível, destacando aquisições de licenças de softwares para inovação dos processos tecnológicos. O grupo Marcas, Direitos e Patentes Industriais abriga o primeiro processo de Encomenda Tecnológica (ETEC), PROCESSOS DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, com fundamento na Lei de Inovação, com acompanhamento do TCU, da CGU e representantes da AGU, representando cerca de 77,87% do total do grupo em 31/12/2024.

Passivo Circulante

Destaque para o grupo Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo retenções da folha de pagamento do referente ao mês maio, recolhidos no mês seguinte - (consignações diversas e encargos).

Demonstrativos das Variações Patrimoniais		
Comparativo 4º Trimestre 2023/2024		
	31/12/2023	31/12/2024
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	198.560.051,67	252.748.687,48
Transferências e Delegações Recebidas	121.191.767,22	152.817.990,52
Transferências Intragovernamentais (Repasse Recebido (do Exercício)	121.191.767,22	148.971.613,01
Outras Transferências e Delegações Recebidas (Doação de Bens CVT-RN para AEB)	0,00	3.846.377,51
Valorizações e Ganhos c/Ativo e Desincorporação de Passivos (Transf. p/TED's)	77.159.212,26	99.841.660,02
Ganhos com Incorporação de Ativos	77.158.746,38	99.841.660,02
Ganhos com Incorporação de Passivos	465,88	
Outros ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (Devoluções Diversas)	209.072,19	89.036,94
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas (Restituições)	209.072,19	89.036,94
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	420.180.647,53	225.454.568,71
Pessoal e Encargos	14.768.699,99	16.224.681,48
Remuneração a Pessoal	12.102.974,18	13.146.269,59
Encargos Patronais	1.971.448,05	2.068.153,13
Benefícios a Pessoal	694.277,76	1.010.258,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	671.922,60	745.604,89
Aposentadorias e Reformas	560.579,84	608.968,59
Pensões	57.234,22	57.656,26
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	54.108,54	78.980,04
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18.434.688,88	21.470.813,93
Uso de Material de Consumo	205.736,01	116.807,33
Serviços	16.402.890,10	20.343.102,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.826.062,77	1.010.903,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	526,83	256,57
Juros e Encargos de Mora	526,83	256,57
Transferências e Delegações Concedidas	81.849.299,25	100.341.828,16
Transferências Intragovernamentais (Repasse Concedido - do exercício)	79.356.280,28	100.327.305,57
Transferências ao Exterior (Transferências Acordo PNUD + pag de contribuição FIA)	70.000,00	14.522,59
Transferências Intergovernamentais (Convênios - 913379 - SENAI)	2.423.018,97	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporações de Passivos	304.203.324,43	86.607.516,61
Desincorporação de Ativos (comprovação de TED's e devolução de recursos financeiros)	304.203.324,43	86.607.516,61
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	252.185,55	63.867,07
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	252.185,55	63.867,07
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	-221.620.595,86	27.294.118,77

Fonte: SIAFI 2024 em 31/12/2024

Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador.

Transferências e Delegações recebidas: compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas. São exemplos: repasse recebido, doações recebidas de bens imóveis, transferências recebidas de bens móveis, cota-parte FPE, cota-parte FPM, transferências de recursos do sus, etc.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: representa o somatório da variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos. São exemplos: reavaliação de imobilizado, reavaliação de intangíveis, ganhos com alienação de investimentos, ganhos com alienação de imobilizado, ganhos com incorporação de ativos por descobertas, ganhos com desincorporação de passivos, etc. (Adiantamentos a TED's incorporação de ativos e prestação de contas por encerramento e comprovação de execução de TED's – Desincorporação de Passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: representa o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores. São exemplos: resultado positivo de equivalência patrimonial, reversão de provisões e ajustes de perdas, etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

Assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as

diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador.

Pessoal e Encargos: esta linha da DVP representa o valor das variações resultantes da remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social – RPPS e do regime geral da previdência social – RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas

com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros (contratos administrativos ex. mão de obra terceirizada), arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Transferências e Delegações concedidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, TED's, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida ativa tributária.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreendem: premiações culturais, artísticas e científicas, incentivos, equalizações de preços e taxas, resultado

negativo de participações, entre outros.

O **Balanço Orçamentário nas Demonstrações Contábeis** determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público (MCASP). A Lei 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Desta forma, considerando que os entes públicos estão obrigados à publicação da lei orçamentária anual, por força de dispositivo constitucional e observada as disposições da Lei 4.320/1964, entende-se que o Balanço Orçamentário atende aos objetivos previstos na NBC TSP 13 e, deve, tanto quanto possível, observar o disposto naquela norma.

O Balanço Orçamentário é composto por:

a) Quadro Principal (receita e despesa);

- Receitas: não houve arrecadação de receitas
- A AEB para cumprimento dos seus objetivos recebe transferências financeiras oriundas do Tesouro Nacional previstas no orçamento fiscal e de seguridade

Balanco Orçamentário - Despesas - até 31/12/2024								
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Dotação Descentralizada	Saldo Dotação Atualizada após Descentralizações	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo de Dotação
Despesas Correntes	94.967.874,00	86.326.814,00	48.334.749,83	37.992.064,17	37.080.485,10	33.450.145,48	31.842.649,76	911.579,07
Pessoal e Encargos	14.567.247,00	16.640.737,00	0,00	16.640.737,00	15.872.953,24	15.853.799,52	14.584.944,63	767.783,76
Outras Despesas Correntes	80.400.627,00	69.686.077,00	48.334.749,83	21.351.327,17	21.207.531,86	17.596.345,96	17.257.705,13	143.795,31
Despesas de Capital	53.363.465,00	49.304.855,00	44.645.797,91	4.659.057,09	4.649.265,98	1.448.663,93	1.352.213,06	9.791,11
Investimentos	53.363.465,00	49.304.855,00	44.645.797,91	4.659.057,09	4.649.265,98	1.448.663,93	1.352.213,06	9.791,11
TOTAL	148.331.339,00	135.631.669,00	92.980.547,74	42.651.121,26	41.729.751,08	34.898.809,41	33.194.862,82	921.370,18

Fonte: SIAFI 2024, em 31/12/2024

Dotação Descentralizada - (com inscrições "TED's" ou de forma direta, sem instrumento)

Total da Despesa Empenhada refere-se apenas a execução da UG 203001 - Agência Espacial Brasileira

b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;

Os Restos a Pagar não processados referem-se a despesas que já foram empenhadas, mas que ainda está em processo de liquidação, seja porque o bem ou serviço não foi entregue totalmente, ou essa entrega ainda se encontra em fase de análise e conferência.

Demonstrativo da Execução de RP não Processados até 31/12/2024						
Execução dos Resos a Pagar da UG 203001						
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores (1)	Inscritos em 31//12 do exercício anterior (2023) (2)	Liquidados (3)	Pagos (4)	Cancelados (5)	Saldos (6=1+2-4-5)
Despesas Correntes	5.951.494,67	4.387.658,24	3.927.454,44	3.922.426,65	2.993.945,25	3.422.781,01
Outras Despesas Correntes	5.951.494,67	4.387.658,24	3.927.454,44	3.922.426,65	2.993.945,25	3.422.781,01
Despesa de Capital	8.030.204,04	3.446.030,27	10.965.022,13	10.866.388,22	78.413,81	531.432,28
Investimentos	8.030.204,04	3.446.030,27	10.965.022,13	10.866.388,22	78.413,81	531.432,28
TOTAL	13.981.698,71	7.833.688,51	14.892.476,57	14.788.814,87	3.072.359,06	3.954.213,29

Fonte SIAFI 2024, em 31/12/2024

Comparativo da Execução de Restos a Pagar não Processados						
Exercícios Anteriores	Saldo Inscritos em Exercícios Anteriores (1)	Inscritos em 31//12 do exercício anterior (2)	Liquidados (3)	Pagos (4)	Cancelados (5)	Saldos (6=1+2-4-5)
2019	2.580.940,69	13.524.334,11	15.541.660,16	15.541.660,16	147.455,83	416.158,81
2020	416.158,81	19.476.152,61	15.475.247,67	15.475.247,67	483.182,95	3.933.880,80
2021	3.933.880,80	28.221.737,84	22.438.270,36	22.438.270,36	817.097,84	8.900.250,44
2022	8.900.250,44	21.901.612,12	11.030.681,09	11.030.671,40	5.789.492,45	13.981.698,71
2023	13.981.698,71	7.833.688,51	14.892.476,57	14.788.814,87	3.072.359,06	3.954.213,29

Fonte: COF/AEB

c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Caso já tenha sido efetuada a entrega dos bens ou serviços, o RAP será classificado como Restos a Pagar processados, caso contrário, como Restos a Pagar não processados. No caso dos Restos a Pagar processados, a despesa já deve ter sido empenhada e liquidada – bens ou serviços entregues.

Demonstrativo de Execução dos RP Processados e Não Processados Liquidados até 31/12/2024					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores (1)	Inscritos em 31/12/2024 (2)	Pagos (3)	Cancelados (4)	Saldo (5=1+2-3-4)
Despesas Correntes	0,00	1.314.221,59	1.035.013,20	0,00	279.208,39
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	1.215.073,48	938.812,78	0,00	276.260,70
Outras Despesas Correntes	0,00	99.148,11	96.200,42	0,00	2.947,69
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	1.314.221,59	1.035.013,20	0,00	279.208,39

Fonte SIAFI 2024, em 31/12/2024

Comparativo da Execução de RP Processados e Não Processados Liquidados					
Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores (1)	Inscritos em 31/12 do exercício anterior (2)	Pagos (3)	Cancelados (4)	Saldo (5=1+2-3-4)
2019	0,00	994.698,52	994.698,52	0,00	0,00
2020	0,00	2.999.058,31	2.999.058,31	0,00	0,00
2021	0,00	897.268,75	896.802,87	0,00	465,88
2022	465,88	1.177.554,64	1.177.554,64	465,88	0,00

Demonstrativo da Incrição de RP não Processados						
Inscrição de Restos a pagar Processados e Não Processados em 31/12/2024						
Despesas Orçamentárias	Inscrits em Exercícios Anteriores (1)	Inscritoas em 31/12/2024 (2)	Liquidados (3)	Pagos (4)	Cancelados (5)	Saldos (6=1+2-4-5)
Despesas	4.129.748,39	8.661.122,70	0,00	0,00	0,00	12.790.871,09
Despesas Correntes/Investimentos	4.129.748,39	8.661.122,70	0,00	0,00	0,00	12.790.871,09

Fonte: Balancete SIAFI - 2024 - Execução a partir de janeiro de 2025.

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

BALANÇO FINANCEIRO		
Comparativo 4º Trimestre 2023/2024		
Ingressos	31/12/2023	31/12/2024
Transferências Financeiras Recebidas	121.191.767,22	148.971.613,06
Resultantes da Execução Orçamentária	89.179.600,39	85.162.495,62
Vinculadas		0,05
Repasse Recebidos	89.179.600,39	85.162.495,57
Independentes da Execução Financeira	32.012.166,83	63.809.117,44
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	31.817.370,12	63.779.266,50
Demais Transferências Recebidas	194.796,71	29.850,94
Recebimentos Extraorçamentários	9.394.879,95	8.755.597,95
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.314.211,90	1.704.899,15
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	7.833.688,51	6.852.562,42
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.907,35	109.099,44
Outros Recebimentos Extraorçamentários	209.072,19	89.036,94
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00
Arrecadação de Outras Unidades	209.072,19	89.036,94
Saldo do Exercício Anterior	1.187.695,21	1.548.642,50
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.187.695,21	1.548.642,50
TOTAL	131.774.342,38	159.275.853,51

Dispêndio	31/12/2023	31/12/2024
Despesa Orçamentária	38.623.286,21	41.880.056,08
Ordinárias	36.123.863,00	41.217.752,11
Vinculadas	2.499.423,21	662.303,97
Previdência Social (RGPS)	566.679,72	662.303,97
Dívida Pública	1.932.743,49	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	79.356.280,28	100.252.183,32
Resultantes da Execução Orçamentária	63.375.118,02	44.831.653,02
Repasse Concedido	63.368.900,91	44.830.869,74
Repasse Devolvido	6.217,11	783,28
Independentes da Execução Orçamentária	15.981.162,26	55.420.530,30
Transferências Concedidas para pagamento de Restos a Pagar	15.772.090,07	55.331.493,36
Movimento de Saldos Patrimoniais (Restituições e Devoluções)	209.072,19	89.036,94
Pagamentos Extraorçamentários	12.246.133,39	15.939.009,37
Pagamentos dos Restos a Pagar Processados	1.177.554,64	1.035.013,20
Pagamentos dos Restos a Pagar não Processados	11.030.671,40	14.788.814,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.907,35	40.059,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	75.122,25
Saldo para o Exercício Seguinte	1.548.642,50	1.204.604,74
Caixa e Equivalentes a Caixa	1.548.642,50	1.204.604,74
TOTAL	131.774.342,38	159.275.853,51

Fonte: SIAFI 2024. em 31/12/2024

FLUXO DE CAIXA Comparativo 4º Trimestre 2023/2024		
	31/12/2023	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	235.278.258,53	85.880.450,57
Ingressos	121.438.746,76	149.169.749,39
Outros Ingressos Operacionais	121.438.746,76	149.169.749,39
Ingressos Extraorçamentários	37.907,35	109.099,44
Transferências Financeiras Recebidas	121.191.767,22	148.971.613,01
Arrecadação de Outras Unidades (Restituições e Devoluções)	209.072,19	89.036,94
Desembolsos	-113.839.511,77	63.289.298,82
Pessoal e Demais Despesas	-30.221.915,20	-35.172.234,28
Previdência Social	-611.629,47	-662.303,97
Ciência e Tecnologia	-29.610.285,73	-34.509.930,31
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00
Transferências Concedidas	-4.223.408,94	-1.755.587,02
Intragovernamentais	-1.730.389,97	-1.741.064,43
Outras Transferências Concedidas	-2.493.018,97	-14.522,59
Outros Desembolsos Operacionais	-79.394.187,63	100.217.120,12
Dispêndios Extraorçamentários	-37.907,35	40.059,05
Transferências Financeiras Concedidas (intragovernamentais)	-79.356.280,28	100.252.183,32
Demais Pagamentos	0,00	-75.122,25
Fluxo de Caixa ds Atividades de Investimento	-7.238.287,70	-12.218.601,28
Desembolsos	-7.238.287,70	-12.218.601,28
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.158.040,85	-1.721.847,40
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.080.246,85	-10.496.753,88
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	360.947,29	-344.037,76
Caixa e Equivavalentes de Caixa Inicial	1.187.695,21	1.548.642,50
Caixa e Equivavalentes de Caixa Final	1.548.642,50	1.204.604,74

Fonte: SIAFI 2024. em 31/12/2024

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa. Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. (não se aplica)

Atividades de investimento são os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

Declaração do contador	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI	Código do Órgão
Agência Espacial Brasileira - AEB	203001
De acordo com análise realizada, declaro que as demonstrações contábeis constantes do SIAFI (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Fluxo de Caixa), regidos pela Lei 4.320/1964 e Pela Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC – TSP N° 11, de 18/10/2018, relativas ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024 do Órgão acima referenciado, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária e financeira e patrimonial, sem ressalvas.	
Renato José de Sousa Contador CRC-DF 6957/O-9	